

**MARXISMO, GÊNERO, SEXUALIDADE E A LUTA ANTICAPITALISTA: DEBATES E
CONTROVÉRSIAS**

**MARXISMO, GÉNERO, SEXUALIDAD Y LUCHA ANTICAPITALISTA: DEBATES Y
CONTROVERSIAS**

**MARXISM, GENDER, SEXUALITY AND THE ANTI-CAPITALIST STRUGGLE:
DEBATES AND CONTROVERSIES**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.58623>

Helga Maria Martins de Paula¹

Lívia de Cássia Godoi Moraes²

Márcio Magalhães da Silva³

Márcia Lemos⁴

Renan Quinalha⁵

Não são recentes os encontros e desencontros entre as lutas por liberdade sexual e de gênero e a tradição marxista. De um lado, parcela hegemônica do marxismo, focada em uma leitura com centralidade exclusiva (e excludente) na economia e na luta de classes, acabou deixando de lado outras dimensões da vida social, como o gênero e a sexualidade. Assumindo um ideal de proletariado composto por homens brancos, europeus, heterossexuais e cisgêneros, pouco espaço restava para analisar a pluralidade e a heterogeneidade da classe que sempre viveu do trabalho. Ou, quando muito, reconhecia essas outras determinações dos corpos e identidades para relegá-las a um plano menos importante das lutas políticas.

No século XX, contudo, tais lutas, que já vinham germinando em distintos contextos, se intensificaram de maneira incontornável. As mudanças, sobretudo a partir da década de 1960, já não deixariam mais espaço para serem ignoradas as forças utópicas e as energias revolucionárias desses novos sujeitos sociais entrando em cena.

Desse modo, cada vez mais, inúmeras organizações socialistas e comunistas passaram a incorporar a agenda da diversidade sexual e de gênero em seus programas e estratégias nos últimos 150 anos. Foi no campo das esquerdas marxistas que os movimentos LGBTQIAPN+ e feminista encontraram maiores afinidades, alianças e solidariedade, já que o conservadorismo atávico da extrema direita pouca abertura dava (e dá) para acolher essas demandas.

Historicamente é curioso notar essa relação marcada por contradições entre o marxismo e a diversidade sexual.⁶ Marx não abordou diretamente o tema. Engels, por sua vez, apenas o tangenciou ao tratar da relação desigual entre os sexos no âmbito da família patriarcal (ENGELS, [1884] 2018). A despeito de não estar no horizonte dos revolucionários, é possível garimpar referências esparsas a práticas homossexuais de oponentes nas cartas trocadas entre ambos na década de 1860. Em algumas dessas correspondências, há comentários jocosos e – hoje considerados – homofóbicos quando os fundadores do marxismo discutem suas diferenças políticas em relação a Johann Baptist von Schweitzer, líder sindical da social-democracia alemã ligado a Ferdinand Lassalle. No mesmo sentido, Engels vai se valer de um tom irônico para desqualificar como obscenidade e antinatural uma obra que Marx lhe havia enviado de autoria de Karl Heinrich Ulrichs, jurista e precursor do movimento homossexual, especialmente nas campanhas por um tratamento científico à sexualidade e pela descriminalização da sodomia no parágrafo 175 do Código Penal alemão (KENNEDY, 1995).

No entanto, apesar de evidenciar como Marx e Engels reproduziam uma visão comum de época, seria metodologicamente inadequado inferir, a partir somente de passagens pontuais e dispersas, posições políticas ou teorizações mais consistentes – positivas ou negativas – dos revolucionários sobre a questão.

Mais equivocado ainda seria condenar o marxismo, enquanto uma práxis teórica e política, como indelevelmente contaminado por uma perspectiva homofóbica, como se fosse um vício de origem incontornável. Ao contrário disso, um olhar mais atento revela como essa tradição foi atravessada e ressignificada pelas reivindicações de homossexuais em diferentes contextos e países.

Na virada do século XIX para o XX, a social-democracia alemã foi essencial na campanha pela revogação da já mencionada lei antissodomia, com o médico e membro do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) Magnus Hirschfeld ou mesmo com o histórico discurso do dirigente August Bebel no Reichstag a favor dessa reforma legal⁷. Pouco tempo depois, com a Revolução Russa de outubro de 1917, os bolcheviques editaram o Código Penal Soviético, em 1922, descriminalizando o sexo consentido entre homens adultos.

Já após a Segunda Guerra Mundial, fundaram-se grupos homófilos em diferentes lugares do mundo, como o COC, criado em 1946 na Holanda, com forte ligação com a esquerda (HEKMA et al., 1995). Na década de 1950 nos EUA, é criado o Mattachine Society, graças à atuação do militante do Partido Comunista Harry Hay⁸.

O freudo-marxismo, de Wilhelm Reich a Herbert Marcuse, passando por Erich Fromm e outros, foi uma vertente teórica que produziu análises libertárias sobre a emancipação sexual a ponto de influenciar profundamente mobilizações, como as de 1968. Na América Latina, a primeira organização política homossexual que se tem registro é o *Nuestro Mundo*, formado em 1967 na Argentina por trabalhadores e sindicalistas liderados pelo quadro do Partido Comunista Héctor Anabitarte.

No entanto, as convergências e afinidades entre os marxismos e organizações de homossexuais destacadas acima são apenas parte da história, pois houve também duros embates e afastamentos. Não faltaram momentos de reprodução da homofobia por parte das esquerdas.

Depois da Revolução Russa avançar os debates sobre gênero e sexualidade, houve um retrocesso com Stálin. Em 1934, a homossexualidade volta a ser criminalizada. A influência do estalinismo espalhou seu moralismo por meio de partidos vinculados à Terceira Internacional em boa parte do Ocidente. O mesmo ocorria em relação às variações dos regimes chinês e cubano, que ganhavam cada vez mais espaço em diversos lugares do mundo, com destaque na América Latina.

Essa linha do movimento comunista internacional aportou no Brasil reforçando a homofobia, em uma heterodoxa combinação com a ideologia católica da colonização europeia e o velho machismo latino-americano. Tais fatores conjugados colaboraram para decantar nas esquerdas uma representação das homossexualidades como “desvio pequeno-burguês”, manifestação da “decadência burguesa”, formas de ócio contra a ética do trabalho, comportamento contrário à “moral revolucionária” ou ainda mero “desbunde”.

A tarefa da revolução social, assim, não passava pela revolução sexual. Forjar uma sociedade socialista, com o chamado “novo homem”, demandava o combate à moral burguesa com seu hedonismo e individualismo característicos. Para isso, era preciso cultivar subjetividades capazes de controlar as paixões, devotas ao projeto político, aderentes a uma rigidez normativa e com os objetivos considerados pessoais subsumidos aos propósitos da revolução. Reforçavam-se, portanto, um “ethos de masculinidade revolucionária” (GREEN, 2012, p.86), a sexualidade heteronormativa, o patriarcado e as uniões monogâmicas.

Os textos do presente dossiê, contudo, revelam que essas concepções mais ortodoxas e conservadoras dentro da tradição marxista vêm perdendo terreno para olhares e perspectivas mais promissoras e capazes de produzir as políticas de alianças necessárias para a revolução de que necessitamos na atualidade.

Sobre o movimento de mulheres, hoje é possível afirmar que não existe feminismo no singular. São diversas as bases teóricas. Pode-se falar em feminismo liberal, socialista, radical, negro, transfeminismo, decolonial, anarcofeminismo, ecofeminismo, feminismo da deficiência, economia feminista, feminismo autonomista, materialista, marxista etc. Ademais, o debate epistemológico feminista ganha relevância na segunda metade do século XX e permanece em curso e muito profícuo

nos dias atuais. Interessa, na apresentação deste Dossiê, termos atenção sobre a relação entre feminismo e marxismo⁹, seus desenvolvimentos, questões que ainda persistem e práxis política.

Há, na tradição marxista, de final do século XIX até meados do século XX, o que foi chamado de “questão da mulher”. Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lenin, León Trotski e August Bebel escreveram sobre as mulheres na sociedade capitalista e os obstáculos a serem superados em um processo revolucionário. Os posicionamentos socialistas sobre as mulheres como os de Alexandra Kollontai, Clara Zetkin e Nadejda Krupskaja, por exemplo, também são lidos como “questão da mulher” na tradição marxista. Assim, por um lado, não se sustenta a afirmativa de que Marx e outros marxistas fundadores/precursores eram indiferentes às questões em torno da opressão às mulheres. Há, por outro lado, contudo, consenso de que as análises marxistas da “questão da mulher” foram insuficientes.

Dessas insuficiências, derivaram-se dois caminhos para as feministas anticapitalistas: partir de Marx e marxistas, propondo bases epistemológicas divergentes para o entendimento das opressões às mulheres na sociedade de classes ou, por outro lado, assumir os limites e, desde o interior das bases epistemológicas marxistas, envidar esforços para fazer a teoria se desenvolver, ou, como gostamos de dizer, oxigenar o marxismo. Vogel (2022, p. 156-7) chamou atenção para o quão vago era o termo “questão da mulher”. Trazia, segundo a pesquisadora, três fios condutores de enorme relevância: “a família, o trabalho das mulheres e a igualdade em relação aos homens”, entretanto, sem ter conseguido desenvolver, de forma teórica consistente, as relações entre “opressão às mulheres, a produção social e a reprodução societal”.

O contexto em que Vogel (2022) apresenta seus incômodos teóricos remonta aos fins da década de 1970 e início da década de 1980, quando pululava um curioso debate: é possível um “casamento” entre feminismo(s) e marxismo(s)? Heidi Hartmann (1983) escreveu, entre 1975 e 1977, um artigo sobre o “infeliz casamento entre marxismo e feminismo”, que, na sua perspectiva, reproduzia a relação subordinada da esposa ao marido, ou seja, o marxismo sobreposto ao feminismo. Hartmann, a partir de tal constatação, defendia a necessidade de uma “união mais progressista”. Apesar de ter apresentado importantes argumentos sobre as bases materiais da opressão às mulheres, manteve uma análise que ratificava a existência de dois sistemas: o capitalismo e o patriarcado.

No mesmo contexto, Iris Young (1992), no início da década de 1980, publicou artigo no qual valorizava o debate posto por Hartmann (1983), mas propunha ir além de um “casamento infeliz”. Para a pesquisadora, a relação entre feminismo e marxismo passava pelo estabelecimento de uma “teoria unitária”, qual seja, uma teoria que expressasse a realidade concreta de que patriarcado e capitalismo compõem um único sistema¹⁰.

Lise Vogel, em ensaio de 1979, publicado na *Monthly Review*, também demonstrava preocupação com as bases teóricas da relação feminismo e marxismo. Para a socióloga, não seria profícuo estabelecer uma síntese teórica, mas sim, a partir das perguntas colocadas pelos movimentos e

teorias feministas, fomentar o desenvolvimento do próprio marxismo. Posteriormente, no livro publicado em 1983, *Marxismo e opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*, Vogel (2022) desenvolveu melhor a crítica à ideia dos dois sistemas, em favor de uma teoria unitária.

No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, conforme Moraes (2000), o feminismo marxista/socialista chegou através dos movimentos sociais, relacionados à ala progressista da Igreja Católica e contrários à ditadura civil-militar. As feministas marxistas atuavam em clubes de mães e movimentos de base. Os temas principais eram trabalho (dupla jornada/trabalho doméstico) e política (anistia e democracia).

Bila Sorj (2019), em artigo de 1992, afirmava não ter dúvida de que o grande interlocutor do feminismo até aquele momento era o marxismo, e que, nesse diálogo, havia um esforço em igualar classe e gênero como conceitos explicativos centrais.

Apesar das consideráveis diferenças que separam o feminismo do marxismo em termos substantivos (primado da produção versus da reprodução, esfera do mercado versus doméstica, do privado versus público), as homologias entre ambos, no que diz respeito à construção de explicações, são surpreendentemente poderosas. Da mesma forma que o marxismo produziu uma teoria inclusiva, compreensiva, sobre o desenvolvimento histórico da sociedade calcada na ideia de luta de classes, a teoria feminista colocará a opressão da mulher no centro de suas formulações, dando-lhe, finalmente, um estatuto teórico equivalente ao de exploração de classe (SORJ, 2019, p. 100).

Desses debates teóricos pungentes de “casamentos e/ou divórcios” entre marxismo e feminismo, decorrem outras duas possibilidades de análise: a) uma que coloca em paralelo produção e reprodução, do qual advém ideias como “classes de sexo” e “modo de produção patriarcal”; b) outra que pensa produção e reprodução como totalidade, não de iguais ou paralelos, mas de unidade constituída por particularidades contraditórias.

Arruzza (2019), em livro publicado em 2010, resgata a controvérsia dos “casamentos e divórcios” e advoga pela “união *queer*” entre marxismo e feminismo. Segundo a filósofa, trazer de volta o debate faz sentido, porque, no século XXI, esse diálogo permanece aberto e urgente: “[...] trata-se da relação histórica, política e teórica entre gênero e classe e a possibilidade de se desenvolver uma teoria que reconcilie o marxismo e o feminismo sem força-los a um casamento por conveniência” (ARRUZZA, 2019, p. 134).

É importante destacar que as décadas de 1990 e 2000 foram hegemônicas, no campo feminista, pelo pós-modernismo, de forma mais específica, pelas relações de gênero e pós-estruturalismo. Historicamente, a queda do muro de Berlim, o fim da União Soviética, as consequentes crises do bloqueio a Cuba e, academicamente, a decretação da morte de Marx e do marxismo, da luta de classes, do fim do trabalho, com aprofundamento do neoliberalismo, marcam o período.

A crise capitalista, expressa em profunda crise financeira entre 2007 e 2009, contudo, tornou o pensamento marxiano imperativo, escancarou a luta de classes e a sua atualidade teórica e política. Algumas críticas ao marxismo, aos movimentos sociais, aos partidos de esquerda e aos sindicatos da

classe trabalhadora, por hierarquizarem exploração e opressões (gênero, raça, sexualidade, deficiência etc.), ressoaram em autocrítica. O projeto *Marx-Engels Gesamtausgabe* (Mega), assomado a novas publicações e traduções de obras de Marx e marxistas, também foram fundamentais para esse novo momento, em que o tema das opressões na sociedade capitalista tem sido estudado, pesquisado, debatido e aprofundado desde o marxismo.

Buarque de Hollanda (2020) observa duas tendências no feminismo hoje, com capacidade de dar respostas ao tempo presente: o feminismo decolonial e o feminismo para os 99%, que entendemos se referir ao feminismo da Teoria da Reprodução Social. O primeiro, em diálogo crítico com o pós-estruturalismo, o segundo, abertamente marxista.

Os artigos do presente dossiê demonstram que a relação entre feminismo e marxismo está aberta e em construção. São muitas as possibilidades de diálogos entre feminismo(s) e marxismo(s). Acreditamos, no entanto, que uma análise feminista-marxista pressupõe o método materialista histórico dialético e rigor no uso das categorias marxianas e marxistas, deva ser alicerçada na crítica da economia política e direcionada a uma práxis política revolucionária.

É preciso admitir, por outro lado, que o papel do trabalho na sociedade contemporânea e a existência de uma classe trabalhadora capaz de protagonizar a luta pela superação do capitalismo foram colocados em contraposição ao papel dos movimentos de mulheres, pessoas negras, LGBTQIAPN+, com deficiência, dos povos colonizados e subalternizados na luta contra as diversas formas de opressão às quais estão submetidos. Parte da tradição marxista trata genericamente desses movimentos como identitários, minimizando a sua importância ou até mesmo denunciando-os como movimentos de cooptação e incorporação das dissidências à ordem do capital, desconsiderando a diversidade das experiências de opressão às quais trabalhadoras e trabalhadores estão submetidas/os, e das formas de resistência e luta contra essas opressões. De tal modo, é fundamental repensar as demandas das mulheres e das pessoas LGBTQIAPN+ como demandas da classe trabalhadora explorada e oprimida em diferentes níveis, resgatando contribuições teóricas de pensadoras e pensadores marxistas sobre as questões de gênero e sexualidade, bem como os avanços obtidos nas experiências socialistas nesse campo, dialogando com outras vertentes teóricas que discutem esses problemas, dentre as quais se destaca atualmente a teoria *queer*.

Rea e Amancio (2018) definem a teoria *queer* como “um conjunto de produções teóricas e de práticas de ativismo voltado para a contestação e a desconstrução de normas sócio-sexuais (*sic*)” que teria se consolidado na década de 1990 nos trabalhos de Teresa de Lauretis e Judith Butler. Mais do que uma teoria, o termo *queer* designaria um movimento político de oposição às reivindicações feministas e das minorias sexuais que pudessem ser assimiladas pelo sistema capitalista, contribuindo para preservar a ordem social vigente. Nesse sentido, a palavra *queer* é empregada com intenção de causar desconforto, pois é um termo considerado vulgar e ofensivo nos países anglófonos, utilizado para se referir de forma pejorativa aos homossexuais e a tudo o que é considerado estranho, incomum,

abjeto. Há, porém, dentre aqueles e aquelas que aderem à teoria *queer* (ou aos seus fundamentos), quem problematize o seu caráter contestador e supostamente revolucionário, com base na constatação de que esses movimentos se pautam pelas experiências de uma minoria branca dos países centrais do capitalismo. Dessa problematização surgem, nos Estados Unidos, os movimentos *queer of color*, ou seja, movimentos de pessoas *queer* não-brancas, racializadas, ao mesmo tempo em que nos países periféricos surgem movimentos similares de contestação às normas impostas nos processos de colonização. Desse modo cabe questionar se, da perspectiva do materialismo histórico-dialético, a teoria *queer*, enquanto conjunto de movimentos que contestam as normas sociosexuais e, em última instância, os padrões de sociabilidade burgueses, pode ser considerado revolucionária ou se, ao contrário daquilo que declara, contribui para a manutenção da ordem do capital, na medida em que fragmenta e enfraquece a classe trabalhadora, como argumenta alguns teóricos marxistas.

Marx demonstra como a sociedade capitalista é estruturalmente desigual, dado que se funda sobre a exploração do trabalho e, portanto, não pode funcionar se nela não houver pelo menos duas classes distintas e antagônicas, a classe trabalhadora e a burguesia. Porém, essa relação de exploração de uma classe por outra precisa ser ocultada para se perpetuar, e a desigualdade social precisa ser justificada, o que é feito com base na marcação social das diferenças individuais. Nesse sentido, o capitalismo incorpora formas de dominação que o antecederam historicamente, como o patriarcado, estabelece padrões e cria sistemas de diferenciação e hierarquização dos corpos, sem os quais não pode se sustentar. Na contemporaneidade está posto que é impossível eliminar a desigualdade social e todas as formas de opressão existentes simultaneamente se o próprio capitalismo não for superado, e que as lutas contra o capacitismo, o machismo, o racismo, o sexismo, a cisheteronormatividade etc. são inócuas se desvinculadas de um projeto de construção de uma nova sociedade. Porém, isso não significa que o sofrimento das mulheres e das pessoas LGBTQIAPN+, decorrentes da discriminação e da violência a qual esses grupos estão submetidos, deva ser ignorado ou menosprezado até que ocorra uma revolução socialista.

Há, contudo, ainda hoje, um embate entre pessoas que defendem a prioridade da luta da classe trabalhadora contra a burguesia pela superação da forma de organização social vigente e outras que lutam pela concessão de direitos às mulheres, pessoas negras, LGBTQIAPN+, com deficiência etc., no interior do próprio capitalismo, como se essas lutas fossem mutuamente excludentes. No entanto, a luta por direitos sob o capitalismo não é incompatível com a luta pela revolução socialista, pois a concessão de direitos sob o capitalismo invariavelmente acaba revelando os limites da democracia burguesa e apontando para a necessidade de superá-la. Por esse motivo, a discussão sobre a possibilidade de um marxismo *queer*, fundado sobre o materialismo histórico-dialético, se torna relevante e é apresentada neste Dossiê.

A superação da democracia burguesa pressupõe a compreensão da historicidade do Estado como uma forma política particular da sociabilidade capitalista que permite o suporte e retroalimenta

as trocas e o termo de equivalência do mundo das mercadorias. A complexidade das determinações da totalidade do capitalismo, nas múltiplas opressões que adensam a exploração, expropriações e crises sistêmicas, ganha dramático e farsesco contorno na medida em que a necessidade de acumulação resulta na rapina dos recursos naturais e na retirada de direitos sociais.

Trabalhadoras que mantêm a produção e a reprodução das relações sociais capitalistas, seja por meio de suas múltiplas jornadas de trabalho e dos muitos trabalhos não remunerados necessários à garantia da força de trabalho, seja por meio da continuidade e manutenção por meio de famílias mantidas, alimentadas e crescidas com as mães no papel de mantenedoras de maneira exclusiva.¹¹ Em tempos de transferência dos custos dos meios de produção para a trabalhadora, de expropriações secundárias e de ascenso do conservadorismo nas pautas referentes às lutas das mulheres e LGBTQIAPN+ é urgente a compreensão profunda e radical (que vá até às raízes e que não permita criar limo niilista) dos fenômenos aparentes que nos circundam com seus tentáculos destrutivos e individualistas, que exterminam o avolumar da processualidade necessária da consciência.

A forma política Estado tal qual conhecemos se dá na consolidação das relações sociais capitalistas e no amálgama do processo de produção e circulação de mercadorias a partir de dois elementos estruturantes: a) os possuidores de mercadorias traduzidos em sujeitos de direitos cingidos e condicionados à dupla liberdade que se subsumem em vender sua força de trabalho para aqueles que detém os meios de produção e de subsistência por meio da concentração da propriedade privada e sua consolidação enquanto direito individual inalienável no bojo do contrato social liberal¹²; b) o processo de colonização e sua respectiva rapina, com as expropriações que deram vazão ao processo de acumulação originária.¹³

As consequências dos processos contínuos e permanentes, com reflexos e ascensos organizativos das classes sociais que se relacionam a partir de se reconhecerem enquanto sujeitos de direitos na sociabilidade capitalista, são também determinadas pela racialização e generificação das relações sociais. Permeadas por mediações que não alteram a sua estrutura, tais relações são identificadas no campo dos processos de garantia de direitos sociais para a classe social que vende sua força de trabalho, mediações que garantem a manutenção de sobrevivência da classe que tudo produz (e reproduz).

O Estado, enquanto forma política, e o direito, enquanto forma jurídica, cumprem a função primeira de conter o antagonismo das classes sociais, o antagonismo capital-trabalho, e, conseqüentemente, são formas que estão vinculadas de maneira irrestrita aos valores e manutenção da ordem capitalista, do domínio de uma classe sobre outra classe com as particularidades deste modo de produção. No entanto, essa dominação de uma classe sobre outra não aparece de maneira direta, ela surge e se apresenta como poder oficial do Estado, enquanto coerção, mas também convencimento de inevitabilidade da imparcialidade, ou seja, é um aparato privado da classe dominante, mas se desprende

desta última e toma forma de aparato público, impessoal e apartado da sociedade. (PACHUKANIS, 2015, p.171)

As contradições surgidas no âmbito do antagonismo capital-trabalho são movimentos históricos que expressam particularidades que apontam avanços e retrocessos em relação ao processo de emancipação da classe social explorada e oprimida em suas múltiplas determinantes no Brasil: a partir daqui, o texto será a expressão da atualização dessas contradições em uma sociedade marcada pelo capitalismo tardio, dependente e pelo Estado autocrático burguês que foi erigido sob a gênese sangrenta e violenta do estupro das mulheres indígenas e africanas, diaspóricas, nossas mães, avós e bisavós, nossa história de cicatrizes que chegam às raízes dos mangues, samaúmas, mandacarus e aroeiras. História que, em seu movimento do real, marca a realidade que Safiotti traz em *A mulher na sociedade de classes* e que conclama a compreensão de que não é possível qualquer tipo de libertação para a mulher no contexto do capitalismo: o fim da opressão às mulheres só se dará com o fim da sociedade de classes (SAFFIOTTI, 1976), o fim do racismo só se dará com o fim da exploração do ser humano pelo ser humano, em outra sociabilidade, na qual “necessidade e desejo serão os termos de equivalência.” (IASI, 2008)

Nas últimas décadas, o aprofundamento da atomização e da relativização de verdades históricas por meio do campo ideoteórico pós-estruturalista ou da simplificação mecânica do método materialista histórico dialético é marcado pelo conveniente esquecimento do “caráter estruturalmente conflituoso do capitalismo, que basicamente não pode ser captado quando se abre mão de categorias como classe e exploração.” (WOOD, 2014) Nesta perspectiva, expandem-se os conflitos interburgueses e interimperialistas, tanto como as pautas das lutas contra as opressões são capturadas pela lógica individualista.

Neste íterim, a extrema força do neoliberalismo, ancorado nas renovadas formas de acumulação, se vincula ao obscurantismo, ao fundamentalismo e ao negacionismo das construções históricas, facetas que ocuparam espaço na consciência da classe superexplorada, amplificando o “véu” da alienação numa imensa e permanente névoa, que parece estar distante de ser dissipada. De tal forma, retomar as raízes das samaúmas, mandacarus, aroeiras e mangues, vê-las crescer a ponto de romperem a densa névoa e florescerem das vozes, olhos, mãos e braços daquelas que alimentam as águas, as terras, a história de dor transformada, não pela catarse individualista que se perfaz na relativização dos punhos em riste, mas pela consciência dos nós górdios que sustentam as sementes: esse é o movimento necessário expresso no Dossiê *Marxismo, gênero, sexualidade e a luta anticapitalista: debates e controvérsias*, que passamos a apresentar.

O Dossiê é aberto na seção **Entrevista**, com James N. Green, historiador brasileiro, professor da Universidade de Brown (EUA), com uma longa trajetória acadêmica e política em defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+, tendo se constituído numas das lideranças do Somos (Grupo de Afirmação da Homossexual) no Brasil, ainda sob a ditadura empresarial-militar na década

de 1970. A entrevista é marcada por polêmicas em torno da relação entre o movimento LGBTQIAPN+, o marxismo, a esquerda e as experiências socialistas, que expressa um campo de análise controverso sobre o tema e nos convida a debater processos revolucionários já vividos, tensões contemporâneas e perspectivas de mudanças.

Na seção **Debate** estão reunidos dezesseis artigos de pesquisadores e pesquisadoras, oriundos/as de diversas partes do Brasil, que têm se dedicado à produção do conhecimento sobre gênero, sexualidade e lutas anticapitalistas a partir da tradição marxista em suas distintas matizes teóricas.

O primeiro texto, de Bárbara Araújo Machado, expõe a construção histórica da Teoria da Reprodução Social (TRS), desenvolvida por intelectuais marxistas que buscam compreender de forma dialética e não fragmentada as contradições do capitalismo global que opera e hierarquiza as diferenças de sexualidade, gênero e raça, entre outras dinâmicas de subalternização. Na mesma perspectiva, Carla Benitez Martins e Rayane Noronha Oliveira partem do materialismo histórico-dialético para refletir acerca das contribuições que o legado marxista oferece às lutas das mulheres, populações negras e LGBTQIAPN+ no sentido de formular uma unidade anticapitalista. Em seguida, Pedro Meira Gava Ramos Barbosa coloca em foco as teses centrais do feminismo marxista contemporâneo e suas críticas ao feminismo materialista francês, destacando as lutas de classes como estratégicas sob o prisma de Cinzia Arruzza e Daniel Bensaid.

Larissa Bulhões retoma a Teoria da Reprodução Social para discutir as “desigualdades de gênero na realidade das mulheres trabalhadoras brasileiras”, tematizando a articulação entre as ofensivas antigênero, a ascensão da extrema-direita no país e a “centralidade das pautas feministas, LGBTQIAPN+ e antirracistas na luta anticapitalista.” Eder van Pelt convida a debater os processos de sujeição no direito e as políticas identitárias, considerando em sua análise Foucault e a crítica marxista numa perspectiva *queer*, segundo o próprio autor. Djonatan Kaic Ribeiro de Souza parte de György Lukács para pensar a heteronormatividade como estranhamento, trazendo para reflexão a condição sócio-histórica dessa ordem.

Na sequência, Marília Duarte de Souza, Deise Luiza da Silva Ferraz e Jade Mariá Pais Vaz de Melo trazem um tema polêmico – a prostituição – ainda debatido de modo insuficiente e eivado de julgamentos morais. As autoras propõem analisar a prostituição como trabalho inserido no “mercado do sexo” e as tensões e limites acerca da regulamentação dessa atividade. No artigo de Arellys Esquenazi Borrego e Ana Targina Rodrigues Ferraz, a descriminalização e a legalização do direito ao aborto, no Brasil, ocupa a centralidade. As disputas entre o movimento feminista anticapitalista e conservadores são analisadas à luz da correlação de forças estabelecida sob o avanço do ultraliberalismo, do fascismo e da extrema-direita.

Com Jacqueline Botelho, “o racismo como arma de produção de hegemonia capitalista” traz fundamentos importantes para compreender a formação social brasileira e como as opressões são

estruturantes do modo de produção capitalista. Aqui merece especial destaque à atenção que Botelho dispensa às reflexões de Lélia Gonzalez, que demonstra de modo refinado como a condição das mulheres negras é indissociável do processo de dominação na América Latina e da consequente produção do “lugar de negro”. Jéssica Alves de Lima Germine, Marilda Aparecida de Menezes e Roberta Guimarães Peres abrem o debate sobre os núcleos familiares no Brasil e o quanto estes estão demarcados pela reprodução da força de trabalho, o racismo e o sexismo.

Com Patrícia Rocha Lemos e Mariana Shinohara Roncato, o Dossiê avança nos estudos balizados pela Teoria da Reprodução Social e coloca em foco as migrações internacionais e as determinações que envolvem o “giro” de mulheres pelo mundo como força de trabalho. Francieli Rebelatto segue nas fronteiras, em específico entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, produzindo uma análise que desvela as contradições da sociabilidade capitalista a partir de um conjunto de filmes que aborda histórias de mulheres que se deslocam nessas fronteiras. O trabalho feminino e mulheres migrantes é também objeto de investigação de Hanen Sarkis Kanaan e Francisca Vilandia de Alencar. As autoras, considerando a experiência do Programa “Mulheres Sim” no IFSC do campus Joinville, reúnem no mesmo artigo o debate sobre desigualdade de gênero, processo migratório contemporâneo e o papel da educação formal na mudança das condições de vida de grupos subalternizados.

A temática da educação, tão cara ao escopo da revista *Germinar*, compõe o Dossiê com as reflexões de Danielle Sampaio Albuquerque e José Pereira de Sousa Sobrinho, que examinam a crise do trabalho de reprodução social na educação submetido às políticas neoliberais no contexto da pandemia da covid-19. Carmem Leticia dos Santos, Wilsomar Pessoa Nunes, Alderyce Passos Silva e Jairo de Carvalho Guimarães discutem o projeto socioeducativo para adolescentes privadas de liberdade, apontam os limites do sistema e propõem uma revisão no aparato institucional formulada sob a perspectiva da interseccionalidade entre gênero, raça e classe.

Larissa Cabral e Luciana Massi apresentam a importante história de Irène Joliot-Curie, buscando localizar os óbices produzidos pela política dos papéis sociais de gênero para a produção de conhecimento por mulheres. O texto de Marina Boaretto Ferreira encerra o Dossiê, refletindo “sobre os conceitos de sexo e gênero e sobre a forma como as diferenças entre os sexos se correlacionam com a divisão sexual do trabalho” nos canteiros de obra da construção civil.

A seção **Artigos** é aberta por Lucas de Oliveira Maciel, cujas reflexões investigam os textos de Marx sobre a Revolução Francesa entre 1843 e 1846. A partir da análise imanente, o autor busca “mostrar o entrelaçamento entre as considerações marxianas sobre a França e suas reflexões políticas mais gerais.” Sandra Luciana Dalmagro e Giovanni Frizzo partem da categoria “luta de classes” para discutir como o “trabalho socialmente necessário” e a organização coletiva estão articulados na constituição do ser social e engendram as contradições que podem levar ao fim da apropriação privada do trabalho. Na sequência, Lindberg Campos apresenta a peça de Bertolt Brecht, *A Santa Joana dos*

Matadouros, a partir da qual formula uma crítica ao modo de produção capitalista em termos estéticos e políticos.

André Gomes da Conceição coloca no centro do debate a “teoria do capital humano” que orienta as políticas educacionais promovidas pelo Banco Mundial. Para fazê-lo, o autor analisa o livro *Professores excelentes: como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe*. No sentido oposto à teoria do capital humano, Elson dos Santos Gomes Junior apresenta a educação omnilateral na sociologia de Florestan Fernandes, estabelecendo a correlação entre educação, Estado e sociedade. No artigo seguinte, João Carlos Cichaczewski e Cloves Alexandre de Castro pautam os “Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia (IF’s) como produto das experiências de luta da classe trabalhadora brasileira no século XX.”, tema controverso que convida outras pesquisadoras ao debate. Por fim, Marco Antônio de Oliveira Gomes, Krigor de Camargo Barela Faeda e Bruna da Silva Passos analisam “as proposições educacionais do Movimento Escola sem Partido como expressão de um projeto de embrutecimento social, abraçado pelas camadas mais reacionárias da classe dominante brasileira.”

Na seção **Resenhas**, estão reunidos cinco textos que estabelecem um diálogo expresso com o tema do Dossiê, apresentando uma instigante produção no campo marxista. Aline Fernanda Maciel propõe uma leitura de um texto ostracizado na década de 1980, *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*, de Lise Vogel, originalmente publicado em inglês em 1983 e agora traduzido para o português e lançado pela editora Expressão Popular em 2022. Aila Fernanda dos Santos atualiza o debate sobre a TRS com o livro *Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão*, organizado por Tithi Bhattacharya e publicado pela editora Elefante em 2023. O título *Profit and pleasure: sexual identities in late capitalism*, de Rosemary Hennessy, ainda sem edição em língua portuguesa, foi republicado pela Editora Routledge em 2020 e é apresentado ao nosso público leitor por Hiago Rocha de Oliveira. Já o Renan Gomes de Moura parte de Pablo Polese, autor da obra *Machismo, racismo, capitalismo identitário: as estratégias das empresas para as questões de gênero, raça e sexualidade*, publicada pela editora Hedra, em 2021, para tensionar as apropriações que o capital tem feito de pautas caras aos grupos sociais historicamente subalternizados. Finalizando a seção, Liev Semiónovitch Vigotski é revisitado por Eduardo Moura da Costa, na resenha sobre a recente edição brasileira de *Psicologia, desenvolvimento humano e marxismo*, editada pela Hogrefe em 2023.

Por fim, a revista *Germinar*, sempre atenta a inexorabilidade do tempo e do movimento no espaço pelos sujeitos sociais em conflito, espera partilhar o contido de contradições pautados pelos artigos que compõem este número bem como convidá-las a debater as ideias, proposições, premissas, certezas e provocações. A teoria não pode ser doutrina, se for alçada a essa condição perde sua função epistemológica, ler o movimento do real.

“Que a luta pela emancipação da classe trabalhadora, generificada, racializada, normatizada e em trânsito, seja uma constante, mas que a ‘vida seja leve’, pois às pessoas que produzem a riqueza do mundo cabem o bom, o belo e o justo!”

Nosso agradecimento especial a todas as pessoas envolvidas nessa complexa engenharia: leitoras e leitores, autoras e autores, avaliadoras e avaliadores, equipe e comissão editorial!

Referências:

ARRUZZA, C. **Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo**. São Paulo: Usina Editorial, 2019.

BUARQUE DE HOLLANDA, H. Introdução. In: _____ (org.) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

ENGELS, F. **A origem da família, do Estado e da propriedade privada**. São Paulo: Boitempo, [1884] 2018.

GREEN, J. Quem é o macho que quer me matar?. **Anistia política e justiça de transição**, Brasília, Ministério da Justiça, n.8, 2012.

HARTMANN, H. El infeliz matrimonio entre marxismo y feminismo: hacia una unión más progressista. **Teorya y practica**, 12-13, 1983 [1975-1977], mimeo.

HEKMA, G.; OOSTERHUIS, H.; STEAKLEY, J. Leftist Sexual Politics and Homosexuality: **Journal of Homosexuality**, v.29, n.2-3, p. 1-40, 1995. DOI: https://doi.org/10.1300/J082v29n02_01.

IASI, M. **MetAmorFases**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

KENNEDY, H. Johann Baptist von Schweitzer: the queer Marx loved to hate. In: HEKMA, G., OOSTERHUIS, H., STEAKLEY, J. (org.). **Gay men and the sexual history of the political left**. New York: Harrington Park Press, 1995.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**, v.1. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAES, L. de C. G. Capitalismo e patriarcado em pauta: aproximações e distanciamentos entre feminismo e marxismo. In: FERNANDES, Vinicius T.; ESQUENAZI, Arelis; MORAES, L. de C. G. (Orgs). **Trabalho e práxis: novas configurações, velhos dilemas**. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

MORAES, M. L. Q. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**, São Paulo, v.1, n. 11, 2000.

PACHUKANIS, E. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo. 2015.

QUINALHA, R. Marxismo e sexualidade no Brasil: recompondo um histórico. **Margem Esquerda**, São Paulo, n.33, p.25-31, 2019.

REA, C. A.; AMANCIO, I. M. S. Descolonizar a sexualidade: teoria queer of colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201800530015>. Acesso em: 22 dez. 2023.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SORJ, B. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

VOGEL, L. **Marxismo e a opressão às mulheres**: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

VOGEL, L. Marxismo y feminismo. Tradução de Mireia Bofill. **Monthly Review**, Nova Iorque, v.32, n.2, jun. 1979.

WOOD, E. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

YOUNG, I. Marxismo y feminismo, más allá del “matrimonio infeliz” (una crítica al sistema dual). **El cielo por assalto**, año II, n. 4, 1992 [1981] mimeo.

Notas

¹ Doutora em Direito, Estado e Constituição pela UnB. Professora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Jataí (UFJ) e do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Direito Achado na Rua e do Grupo de Pesquisa Germinar (UFJ). Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7617126066026167>. Orcid: <https://orcid.org/0000000319187111>. E-mail: helgamartinsdepaula@ufj.edu.br.

² Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Líder do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis (Ufes) – <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3864471807547868> e do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social – <https://dgp/espelhogrupo/7534263257506461>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6183475552707235>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8284-6605>. E-mail: liviadoraes@outlook.com.

³ Doutor em Educação Escolar. Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras (Ufla). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Concreta (Gepco) - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/36216>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/290204428458868>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1498-7670>. E-mail: marcio.dasilva@ufla.br.

⁴ Doutora em História Social (UFF). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em Letras: cultura, educação e linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Líder do Laboratório de Estudos Marxistas (Uesb) – <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0926898464030331>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0316143579329016>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3527-1391>. E-mail: marcialemos.uesb@gmail.com.

⁵ Doutor em Relações Internacionais. Professor do Departamento de Direito da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Coordenador do Núcleo TransUnifesp. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5338802143300383>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8467-1877>. E-mail: renan.quinalha@unifesp.br.

⁶ Algumas das ideias a seguir encontram-se aprofundadas em Quinalha (2019).

⁷ Cf. <https://www.novacultura.info/single-post/2016/10/28/Sobre-a-Homossexualidade-e-o-Codigo-Penal>

⁸ Cf. <https://www.jacobinmag.com/2013/10/sexual-liberation-human-freedom/>

⁹ Apesar de utilizarmos feminismo e marxismo no singular, é importante ter em mente que há perspectivas diversas no interior de ambos, dos mais estruturalistas aos mais dialéticos. Não será possível, contudo, desenvolver tal temática nesse editorial.

¹⁰ Para ler mais sobre este debate, ver Arruzza (2019) e Moraes (2021)

¹¹ De acordo com o Boletim Especial 8 de Março, ano 2023, do DIEESE, “a maioria dos domicílios no Brasil é chefiada por mulheres. Dos 75 milhões de lares, 50,8% tinham liderança feminina, o correspondente a 38,1 milhões de famílias. Já as famílias com chefia masculina somaram 36,9 milhões. As mulheres negras lideravam 21,5 milhões de lares (56,5%) e as não negras, 16,6 milhões (43,5%), no 3º trimestre de 2022”. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf>

¹² Liberalismo político que se constrói por meio das teorias contratualistas, tendo como um dos principais autores John Locke.

¹³ “A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.” (MARX, 2013. p. 340)

Recebido em: 28 de dez. 2023

Aprovado em: 28 de dez. 2023